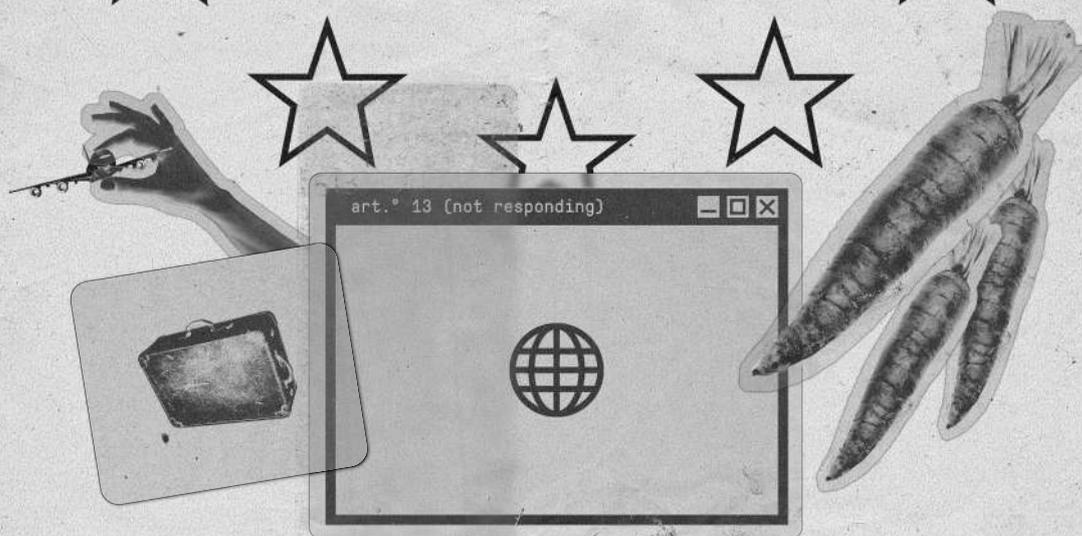




diferencial

MARÇO • 2019

A UE NÃO ESTÁ **ONLINE**



EDITORIAL

Bernardo Leite

Sejam bem-vindos.

Na passada edição - O Papel do Ensino na Formação Cívica – abordámos, através de diferentes perspetivas, a relação entre o ensino, o estudante, e a sociedade que o rodeia. Debruçámo-nos sobre o papel cívico que cada indivíduo deve tomar e de que forma o sistema educacional o molda, proporcionando ou impossibilitando certas capacidades e competências. Da necessidade de contextualizar e aprofundar esse mesmo papel do indivíduo no meio onde se insere, surge esta segunda edição, fazendo uso de uma situação concreta e atual: a União Europeia e as eleições que se avizinham.

Numa democracia exige-se proximidade entre os órgãos de poder, os representantes eleitos e a população em geral. A União Europeia é um projeto que na sua génese almeja servir de caminho à integração, prosperidade e paz dos Estados que a constituem. Contudo, nem sempre o projetado corresponde à realidade. Por vezes, fica-se desiludido com o sonho edificado. Principalmente, quando há uma desconexão entre os centros de decisão e a sociedade; quando as pessoas são levadas à descrença por casos que corroem a imagem da democracia e das suas instituições.

Num tempo em que os fenómenos populistas, ataques radicalistas e crises de identidade são cabeças de cartaz do festival europeu, é urgente organizar os pensamentos e refletir sobre o que se quer, como se quer. ‘Como funcionam as instituições e programas europeus?’; ‘Qual é o impacto da existência de uma União Europeia na minha vida e na vida dos que me rodeiam?’; ‘Que futuro quero para a Europa?’ são perguntas que devem ser colocadas e usadas como construção de um pensamento informado, crítico e coerente.

Dito isto, em maio próximo, somos mais uma vez chamados a cumprir o nosso dever e a exercer o nosso direito: VOTAR. Um voto consciente, informado e livre. Participemos todos nas eleições que se aproximam e façamos ouvir a nossa voz!

Sem mais demoras, brindamo-vos com a segunda edição deste ano letivo: A UE Não Está Online!

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Bernardo Leite, Diana Oliveira e Francisco Carvalho

REDAÇÃO

Alina Chervinska, Francisco Carvalho, João Gonçalves, Miguel Ferreira, Paulo Moniz e Rita Serpa

REVISÃO

Alina Chervinska, Ana Glória Cruz, Ana Lúcia Tiago, Beatriz Coelho, Diana Oliveira, Madalena Theriaga, Mauro Rafael e Paulo Moniz

EDIÇÃO GRÁFICA

João Portalegre

CAPA

Miguel Gil

APOIOS



* O Jornal Diferencial é escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, mas, conforme a escolha de cada redator, os artigos que não seguirem essa regra serão assinalados com um asterisco.

diferencial.tecnico.ulisboa.pt

LEVEDURAS EXPIATÓRIAS

César Bombarda*

Quem nunca teve um fraquinho por um bode? Não vale mentir nem armar-se em forte. Toda a gente já se deixou seduzir por um bode expiatório. Numa noite mais longa, quando o bar está a fechar e as palavras se enrolam na língua aparece sempre aquela opinião mais ousada, aquela generalização mais apressada ou aquela certeza mais peremptória. Não é bonito, mas não há que ter vergonha. É normal



cairmos nesta cilada e os pequenos excessos que então cometemos têm uma função providencial: lembrar-nos como é fácil perder a postura e desatar a acusar pessoas ou coisas que nem sequer conhecemos. Por exemplo, os turistas. Muita gente é da opinião que em Portugal há um problema na maneira como se organiza a oferta turística, mas quando não há energia para se ser específico, varre-se o assunto dizendo que “A culpa dos preços das casas é dos turistas! Que vão p’ra terra deles e nos deixem em paz, pá!”. Fiquemos no tema, mas mudemos de assunto.

Uma causa possível de cirrose hepática é o consumo de bebidas alcoólicas. As bebidas alcoólicas são produzidas graças à acção das leveduras. Ora, se estivermos interessados em acabar com a cirrose, devemos fazer alguma coisa relativamente às leveduras. Afinal, elas produzem álcool! Suponhamos que temos o poder de eliminar todas as leveduras, fazendo aquilo a que se chama “cortar o mal pela raíz”. O que restaria? Restaria um mundo onde seria impossível fazer tostas mistas, dado que sem leveduras também não há pão levedado nem queijo! Esta história é absurda porque as leveduras são fungos, e por isso não podem ter motivações, muito menos intenção de provocar cirroses. Neste contexto, as leveduras estão a ser usadas como bode expiatório, ou seja, estão a servir

de repositório da culpa de todo o mal que a cirrose causa. E como é bom encontrar um culpado! Consigo imaginar os protestos na rua: “Malditas leveduras! É por vossa causa que se gasta tanto dinheiro todos os anos com os tratamentos hepáticos!” ou então “É por causa destes malditos fungos que milhares de pessoas sofrem e ficam com o corpo inchado!”. Não são palavras de ordem muito boas, mas enfim, percebe-se o efeito.

Encontrar um culpado -- não só uma causa, mas uma causa personificável, com intenção -- para algum fenómeno é muito satisfatório. Permite que se atire contra esse culpado -- o bode expiatório -- toda a indignação e frustração que são causadas pelas maldades que lhe são atribuídas. Além disso, fica-se com uma solução óbvia para acabar com essas maldades: impedir que o dito culpado continue a agir e, assim, “cortar o mal pela raíz”. Contudo, raramente os bodes expiatórios possuem a chave para a resolução

Um mundo sem cirrose seria bem melhor, mas sem leveduras a mudança não valeria a pena.

do problema cuja culpa lhes é atribuída. O que os bodes expiatórios fazem é impedir que se continue com uma discussão ordenada capaz de encontrar soluções válidas. Porque quando já está toda a gente cansada de andar à procura de uma solução e aparece alguém e diz “Pessoal, a culpa dos vossos problemas é isto aqui! Olhai bem!”, a maioria de nós fica tentada a parar de pensar e aceitar aquela solução. Não nos esqueçamos da satisfação e do alívio que é encontrar um culpado para alguma coisa! E quando estamos impacientes pelo fim de um problema -- por exemplo aquela impaciência quando já só queremos que os exames acabem -- somos perfeitamente capazes de nos desleixar, cansados e até aflitos, e aceitar, aqui e ali, um bode expiatório. Todo o cuidado é pouco.

IMIGRAÇÃO: OS QUE VÊM E OS QUE RECEBEM

Alina Chervinska

Ensinar-me a nunca começar uma frase com “O mundo é” uma vez que é provável que o que vem a seguir seja uma partilha paternalista de experiência de vida limitada ou uma generalização incrivelmente subjetiva.

O mundo é um lugar extremamente complexo e a natureza humana torna-o ainda mais. É por isso que cada tentativa de uma análise racional sob a forma de recolha de dados, estudos, projeções, etc., é do melhor que se pode fazer para o compreender um pouco mais. O mundo é ainda mais complicado quando não conhecemos o lugar onde chegámos. Refiro-me à odisseia de qualquer imigrante de primeira geração. Ao contrário das ruas onde crescemos, os bairros até agora desconhecidos não nos dizem nada e os vizinhos não cumprimentam com aquele “Olá” sonoro com que seríamos cumprimentados se conhecessem o nosso avô, que é carpinteiro local há 40 anos. A falta de raízes pode ser desconcertante.

Fazendo um *zoom-out*, a nível europeu, a imigração é um assunto que tem vindo a ganhar peso, especialmente ao longo das últimas décadas. Já antes disso, desde 1880 que a saída de pessoas de países europeus rumo à América do Norte ou à Austrália, por exemplo, e a entrada de pessoas nos países europeus, traziam significativas oscilações às balanças social e económica.

Deve ter-se em conta, contudo, que as cinquenta sombras de cinzento existem não só na prateleira na forma de um livro de romance, mas também em assuntos como o impacto da migração nos países. Migra-se por lazer, para fins laborais ou por causa de condições de precariedade extrema ou de guerra civil do país de origem.



“The Immigrant”, 1917

Atualmente, na UE, existem regulamentos e diretivas sobre a migração legal dentro do seu território e também para países terceiros. Paralelamente, têm sido implementadas legislações pontuais sobre a migração ilegal, o tráfico humano e a exploração laboral. Mas é desde o início da crise migratória de 2015, com entradas massivas de refugiados nos países fronteiriços da UE como a Grécia, Itália e Espanha, que a legislação em vigor foi posta à prova. Com isso, a Comissão Europeia tem estado a trabalhar num documento que estipula as linhas gerais para uma distribuição mais justa de refugiados e das quotas dirigidas a esta causa. Mas a proposta mais recente não foi aprovada por todos os estados-membro, não entrando em vigor.

As cinquenta sombras de cinzento existem também em assuntos como o impacto da migração nos países

A dificuldade em conjurar um documento que conte com os interesses de todos os estados-membro, ao mesmo tempo que faça justiça aos refugiados, torna óbvia a incapacidade da UE em responder de maneira palpável e articulada a este problema, sendo quase um convite para o aumento de adeptos dos partidos de extrema direita com discursos anti-imigrante, sendo esta uma realidade que se tem observado. Ou seja, uma crise como a que teve início em 2015, em vez de suscitar o espírito de cooperação, provocou a fragmentação informal da UE e uma polarização ideológica relativamente aos imigrantes dentro dos estados-membro.

Fazendo agora um *zoom-in*, observemos o impacto da imigração em Portugal. Na verdade, até à década de 1990, Portugal era um país maioritariamente de emigração. No entanto, a partir dessa altura, o saldo migratório passou a ser positivo, ano após ano. Agora, contando com cerca de 170 nacionalidades no território luso, as comunidades estrangeiras mais



O gnomo viajante do filme "Amélie"

representativas são integradas por pessoas naturais dos PALOP, do Brasil, do Leste Europeu (como Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia) e de alguns países da UE (como Reino Unido, Espanha, Alemanha e França).

É aqui que se revela a importância do levantamento de dados, dispersos junto de diferentes entidades nacionais, e do seu processamento que mais tarde permite examinar com mais clareza um fenómeno tão controverso como a presença de imigrantes na sociedade. Trabalho tão ingrato que muitas vezes damos graças por alguém já o ter feito por nós.

Um estudo com algum pó, mas incrivelmente útil pelo seu pormenor – *O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa: o caso Português (2004)* – revela que as populações estrangeiras em Portugal são maioritariamente masculinas e com concentração nas idades ativas, especialmente entre os 15 e os 34 anos. Estes dois traços expressam o facto de a imigração ser ainda predominantemente de tipo laboral. Em termos demográficos, isto diminui o envelhecimento da população portuguesa, com todas as vantagens que isso traz. Em termos económicos, e tomando em conta que em 2001 os imigrantes repartem-se em três grandes grupos de profissões (no geral pouco qualificadas e, por isso, com baixas remunerações) – trabalhadores não qualificados (37%), operários, artífices e similares (31%) e pessoal dos serviços e vendedores (12%) –, os imigrantes são contribuintes líquidos significativos, ou seja, contribuem para o Estado mais do que aquilo que o Estado gasta com eles¹. Assim, há que ter em conta que, na sua generalidade, os imigrantes são participantes ativos na produção de bens e serviços que ficam em Portugal, tal como no seu consumo. Eis o que diz o Professor César das Neves no contexto de um outro trabalho¹ sobre a contribuição económica dos estrangeiros:

"O estudo diz que os imigrantes são contribuintes líquidos – fortes contribuintes líquidos – para o Orçamento. Não espanta nada por uma razão muito simples – é que o Orçamento português é

uma máquina de retribuição. Uma das maneiras de ver o Orçamento português, é uma máquina de distribuição que tira aos trabalhadores, para dar aos políticos, funcionários públicos, médicos, professores, etc. Ora como os imigrantes são todos trabalhadores e não são nem funcionários públicos, nem médicos, nem professores, etc., é normal que eles estejam a pagar e não a receber."

Claro que existem imigrantes qualificados, aptos a exercer a profissão de médico ou a ocupar um cargo administrativo, mas estes são, de facto, uma minoria, sendo o seu número diminuído ainda mais pelas dificuldades de obtenção de equivalência para o grau académico granjeado no país de origem. Para além disso, não está totalmente certo dizer que os imigrantes não recebem nada, pois podem ser beneficiários, em pé de igualdade com os portugueses, de serviços como a Segurança Social, o Abono de Família e a Ação Social, por exemplo. Mas os dados são cabais e deitam por terra algumas opiniões não fundamentadas de que os imigrantes são um fardo para o estado português.

Como seria de calcular, a distribuição das comunidades estrangeiras é heterogénea: as áreas preferidas são a Grande Lisboa, a Península de Setúbal e o Algarve, pois nestas áreas urbanas as oportunidades de emprego são mais variadas e em maior número. Mas a necessidade tende a escolher pelas pessoas e "os imigrantes têm vindo a ocupar profissões onde existe um deficit de oferta por parte dos trabalhadores nacionais. Tal estratégia explica,



também, o facto de ser na região do Alentejo que é mais elevada a percentagem de imigrantes a exercer profissões no âmbito da atividade agrícola (Ferreira, 2004), onde quase não existe mão-de-obra nacional”².

Confrontando a bibliografia mencionada com relatórios³ do SEF dos anos mais recentes, retifico apenas que, desde os anos 90, o crescimento contínuo da imigração foi interrompido pela época

Os imigrantes são participantes ativos na produção de bens e serviços, tal como no seu consumo

entre os anos 2009 e 2015, em parte devido à crise económica e ao aumento do desemprego no país. Desde 2016, que a entrada de estrangeiros tem vindo a aumentar e, curiosamente, nos últimos anos a quantidade de imigrantes oriundos do Oeste europeu, com vista numa doce reforma neste país ensolarado, tem aumentado, o que pode ter a ver com um regime fiscal mais favorável para residentes não habituais, segundo o SEF. Mas gostaria de manter o foco na população imigrante mais jovem e ainda trabalhadora.

É justo, agora, apontar que mais valias tem este país a dar aos imigrantes que, segundo as evidências, tanto bem lhe fazem. Se deixo de fora o tempo, as ilhas, os doces de Natal e Saramago, não é por não serem fatores importantes, mas porque o espaço é pouco.

Desde que em 1996 foi criado o Alto Comissariado da Migração e das Minorias Étnicas (ACIME), estas passaram a ter uma voz mais forte do lado do Estado que representa os seus interesses. Entidades como o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante fornecem informação e orientação vitais e estruturas como o Gabinete de Apoio ao Reconhecimento de Habilitações e Competências visam ajudar aos imigrantes a não perder, por meras formalidades, as qualificações que trazem consigo. Para além disso, é garantido acesso a cuidados médicos através do SNS, sem discriminação face à nacionalidade e as condições de acesso à Segurança Social são muito semelhantes às dos portugueses, desde que se esteja legalizado e se seja um contribuinte para o sistema. Existem ainda programas de justiça social como o Programa Especial de Realojamento que é dirigido a indivíduos e famílias – quer nacionais, quer estrangeiros – residentes em habitações com condições muito precárias.

Embora este dar e receber seja um flagrante

contrato social com o qual as aulas de filosofia do 11º ano nos ensinaram a ficar um pouco revoltados, a verdade é que estruturas como as acima mencionadas dão alguma segurança e que cada qual não está totalmente por conta própria quando chega a um novo país em busca de estabelecer uma vida melhor. Por isso, isto é sem dúvida algo que Portugal faz bem (ou pelo menos está num bom caminho) e que lhe concede o título de “segundo melhor país a acolher e integrar imigrantes” (MIPEX, 2015).

Claro que a integração dos imigrantes não se traduz apenas nas entidades criadas para este fim pelo governo: a lei formal nem sempre é cumprida no dia-a-dia e laivos de hostilidade por vezes aparecem, quer do lado dos locais, quer do lado dos imigrantes, da mesma forma que atos vindos da compreensão e do reconhecimento da igualdade da condição humana no próximo despontam às vezes como uma flor espontânea. Como muitas outras discussões, esta também pode acabar com um complacente “tudo depende das pessoas”: do contratador, que deve decidir se remunera justamente ou não a empregada doméstica, da professora, que tenta ajustar o conteúdo da aula porque tem 8 alunos estrangeiros na turma, entre outros.

A maior ameaça que esta perspetiva otimista encara atualmente, relativamente à integração de imigrantes em Portugal, é a popularização, nos países europeus, dos partidos com discursos marcadamente anti-imigração e que na verdade muitas vezes baseiam-se em premissas falaciosas e acusações sem fundamento. Talvez a UE ainda tenha algo a aprender com o pequeno retângulo no extremo Oeste do continente.

¹ Corrêa D’Almeida, André; Silva, Pedro Duarte. *Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado* (2003)

² Corrêa D’Almeida, André; Norte, Cláudia; Mortágua, Maria João; Valente Rosa, Maria João; Silva, Pedro Duarte; Santos, Vanda. *O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa* (2004)

³ *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo* (2017)

A GUERRA DOS MEMES

Francisco Carvalho*

A net é muitas coisas. Aproxima e separa pessoas, concentra e dissolve vontades. Uma faca pode ser usada para matar ou cortar pão.

Na primeira edição, explorámos a importância dos anos formativos para criar cidadãos competentes. Agora, olhamos para como a internet afecta a nossa democracia no presente.

Selva no Feed

Precisamos de definir meme. Um **meme** é uma ideia, uma crença, ou comportamento que se transmite de pessoa para pessoa numa sociedade. O termo foi cunhado por Richard Dawkins em 1976 como um análogo informacional e intangível do termo gene, mas nunca foi tão relevante como agora. Tal como o *gene egoísta* de Dawkins, podemos pensar em memes como vírus informacionais, que podem ser vantajosos, neutros, ou nocivos. Rezas, palavras, e piadas são memes.

Um **memplex**, ou *espaço memético*, é um conceito originalmente introduzido para descrever religiões ou filosofias políticas. É o nome que se dá a um conjunto de memes que interagem favoravelmente e que repelem memes incompatíveis, como uma relação massiva de simbiose. Ajuda a explicar a polarização de ideologias políticas, ao rejeitar ideias incompatíveis ou enfraquecedoras de um espaço estabelecido.

Somos o que comemos, e em poucos domínios isto é tão verdade como numa democracia. Ao pensar num feed de rede social, imagino uma manjedoura infinita ligada a um silo cheio daquilo que o dono da quinta decidiu que os animais podem comer. Uma imagem desconfortável, sobretudo quando sabemos que acesso à internet é acesso ao mercado combinado de biliões de fontes, desde o blog pessoal mais enviesado até ao jornal investigativo mais rigoroso.



O meme da utilização de ferramentas



Um meme

Ninguém tem tempo para conhecer tudo – e especialmente neste mercado saturado, com pouca distinção superficial entre lixo e tesouro – é arriscado gastá-lo com desconhecidos porque nos sujeitamos a uma experiência medíocre. Desta dinâmica emerge uma economia da atenção, um ecossistema que selecciona a reprodução dos memes que sequestram os nossos cérebros de primatas com mais eficácia.

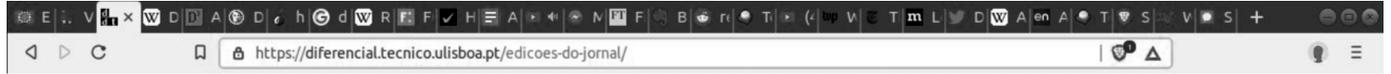
Acontece que alguns dos memes mais bem sucedidos no habitat digital são nocivos, como certas notícias falsas e sensacionalistas. O próprio acto de produzir conteúdo deste tipo para captar cliques é recompensado pela estrutura do feed, em que a tendência é para olhar para um cabeçalho ilustrado e continuar a scrollar.

Câmaras de Eco

É comum associarmo-nos a pessoas com convicções compatíveis com as nossas. As plataformas online permitem-nos estar expostos apenas às vozes que desejamos, e é frequente que se comece a tomar determinados valores como certos. Bolhas ideológicas funcionam como criadouros para *memplexes*. A falta de contacto com opiniões contrárias torna difícil distinguir estes espaços meméticos da realidade mais ecléctica. Isto, por exemplo, ajuda a explicar o choque de muitos, na sua bolha *educada* de classe média liberal, perante a vitória de Donald Trump.

A intervenção da Cambridge Analytica nas eleições americanas de 2016 demonstra como a democracia está despreparada para lidar com o paradigma

tecnológico actual, quer a nível institucional como civil. Quantidades massivas de dados obtidos com recurso ao Facebook foram usados para perfilar comunidades susceptíveis a mudar o voto, e identificar a propaganda mais persuasiva até ao nível individual. Isto mostra-nos o poder de *marketing* personalizado e direccionado.



Há também quem defenda que guerra memética teve um papel importante nas eleições de 2016. Com acção coordenada a fazer subir macros de imagens desde os cantos obscuros do 4chan até às contas de Twitter de políticos proeminentes, e consequentemente à nossa consciência colectiva. O carácter descentralizado e sem autoria dos memes é parte da sua beleza, mas também os torna ferramentas adequadas a perversão e uso em ataques informacionais organizados. Por exemplo, no caso dos milhares de *trolls* russos que, nos últimos anos, espalharam confusão e propaganda posando como ocidentais através de contas de *social media* falsas com o objectivo de influenciar a opinião pública e exercer poder indirectamente para defender os interesses de Moscovo.

O poder de engenharia de memes é difícil de ignorar, mas pode ser surpreendente para muitos que o departamento da defesa americano tenha estado atento às suas aplicações militares desde 2006. O impacto de tudo isto é visível na derrota do lado com mais escrúpulos (ou excesso de confiança) nos casos das eleições americanas, no referendo do Brexit (que passou sem qualquer esboço de plano de execução), ou mais recentemente no progresso assustador do Artigo 13 (robots de censura) nas instituições europeias.

Talvez por razões evolutivas, talvez por um período recente de notícias centralizadas e selectas fontes autoritárias de informação (TV, rádio, jornais), estamos vulneráveis a mera desinformação por exposição, mais a desconfiar.

Ninguém gosta de ser manipulado. Para nos habituarmos às novas circunstâncias, tomar consciência é um começo. A seguir interessa saber verificar a veracidade de afirmações, confiabilidade das fontes, e manter presente que os memes e opiniões que nos passam à frente servem os seus próprios interesses: reproduzir-se.

Navegar informação digital

No que toca a factos, uma dose saudável de cepticismo vai longe. Especialmente com assuntos que nos afectam emocionalmente, ou estórias que confirmem opiniões que já mantinhamos antes, porque são as que mais afectarão as nossas decisões.

Leitura lateral

Num processo pessoal de fact-checking pode ser útil perguntar:

- Quem está a partilhar isto e porquê?
- Que provas apresentam e quais as suas fontes?
- Há outras fontes a dizer a mesma coisa?

Escolher em quem confiar também pode ser traiçoeiro.

Os dias dourados da infância da internet – em que bom aspecto do site indicaria legitimidade – já passaram. Uma leitura apta de um site deve ser lateral - isto é, devemos abrir vários separadores, procurar outras publicações com o mesmo tópico. Mais que ler o *About*, para confiar que estamos a ler verdades, devemos ver o que outros têm a dizer sobre a publicação, a sua reputação, e tendências.

Não há uma verdade absoluta. Toda a informação sobre o mundo passa por humanos. Haverá sempre viés, mas podemos ajustar as conclusões que tiramos de certos materiais ao que já sabemos sobre o autor ou plataforma. Tal como o leitor saberá decerto dar um desconto à minha afirmação quando digo, por exemplo, que “o website do diferencial está uma verdadeira obra-prima”.

Não seria escandaloso se dissesse que hoje política é pouco mais que uma novela em que boas estórias ganham rotineiramente a factos. Factos são aborrecidos, não têm sobrevivido na selva da atenção. Memes melhores singram mesmo que acabem por destruir a sua população de hospedeiros, porque não querem saber.

Podemos fazer a nossa parte como cidadãos interpretando o que lemos com proporcionalidade a quem as escreve, e partilhando apenas conteúdo que satisfaça os nossos critérios de confiabilidade, para evitar espalhar falsidades que levam a decisões inaptas. Como uma vacina, se a maioria estiver inoculada, o vírus desaparece.

Com uma boa provisão factos, olhamos brevemente para uma das promessas douradas da internet:

Democracia Digital

Vivemos numa democracia representativa porque em tempos foi impraticável recolher a opinião popular directamente para tomar decisões. Com o desacoplar da transmissão de informação da distância física, ganhamos o potencial para contactar qualquer pessoa, organizar grupos e acção remota. (Ver Primavera Árabe e longa marcha, o *occupy*). Em vez de clarear e evoluir os nossos modelos políticos, o paradigma (de corrupção) actual reforça a confusão e obriga a população a adoptar ou apatia, ou ruído.

O espaço para diálogo e nuance é escasso no sistema. Temos visto manifestações de impacto graças à internet, mas muito pouca reforma estrutural.

Pela primeira vez na história, democracia directa é possível.

Antes da revolução, no entanto, temos de consertar a maneira como apreendemos a realidade e, conseqüentemente, como tomamos decisões. Em terra de cegos quem tem olho é rei, e a guerra dos memes não espera por ninguém.



Rua em Marrocos durante a Primavera Árabe

O PROCESSO LEGISLATIVO EUROPEU PARA TOTÓS

Rita Serpa

Se gostavas de dar uso ao teu direito enquanto eleitor mas percebes pouco de política, e ainda menos das muito faladas “europeias”, então não estás sozinho. Somos todos totós. Felizmente, eu gosto bastante de tartes, o que me leva a ligar inevitavelmente o estômago ao cérebro sempre que as coisas se tornam mais complexas, tornando o tema, no mínimo, menos exaustivo.

Um ato legislativo europeu é uma tarte. Se ainda não o sabias devias ter-te esforçado um bocadinho mais a História, ou comido mais tartes. Enfim. Antes de mais, é de realçar que a mensagem passada por muitos livros aborrecidos de direito europeu é que consoante a porção da União Europeia que queiramos alimentar e a eficácia das fábricas regionais, escolhemos o tipo de produção de tarte mais eficaz. No caso de a produção desta maravilhosa sobremesa ter de ser legalmente obrigatória, pode-se utilizar regulamentos/diretivas (aplicam-se a todos os estados membros) ou decisões (têm destinatários específicos). Existem ainda as recomendações e os pareceres, mas estes não passam de sugestões. Simples, não é? O problema é que em Maio de 2019 os inventores das receitas de tartes vão ser alterados, e ninguém parece preocupado em perceber que funções específicas é que eles desempenham. O mais preocupante é que se não percebermos o processo de produção de tartes na União Europeia, não vamos conseguir escolher os melhores indivíduos para desempenhar cada função, correndo o risco de acabar com especialistas em salame e mousse de manga.

O processo legislativo envolve várias instituições europeias, destacando-se: o Parlamento Europeu, constituído pelos eurodeputados eleitos pela população de cada estado-membro; o Conselho da União Europeia, também conhecido por “Conselho” pelos amigos, no qual se reúnem os ministros dos estados-membros com competência para representar os governos nacionais no assunto a ser debatido na reunião em questão; a Comissão Europeia, nomeada de cinco em cinco anos pelo seu presidente, eleito pelo Conselho Europeu; o Conselho Europeu, que

por sua vez, é constituído pelos Chefes de Estado e de Governo dos estados-membros, para além do Presidente da Comissão.

Conhecendo os diferentes tipos de produção e as diferentes equipas de especialistas necessárias no processo, já só falta perceber como é que se dá, afinal, a regularização da receita e a produção da tarte em si. Claro que podíamos fazer tartes como bem nos apetecesse, mas corríamos o risco de errar redondamente nas quantidades e de apanhar uma intoxicação alimentar qualquer.

Quando não há tarte suficiente em dados sectores dos estados-membros, ou quando as tartes disponíveis já estão em más condições, a Comissão Europeia elabora propostas para novas receitas; tanto por iniciativa própria como a pedido nacional, institucional ou até mesmo individual. No entanto, antes de as propor, a Comissão avalia as potenciais consequências económicas, sociais e ambientais através de avaliações de impacto, de forma a evitar avançar com projetos de que ninguém gosta ou precisa.

Inicialmente, a proposta da Comissão Europeia é enviada para os parlamentos nacionais de cada estado-membro. Estes dispõem de oito semanas para criar um parecer fundamentado caso considerem que a receita em questão não cumpre o princípio da subsidiariedade, ou seja, que as tartes nacionais já existentes são suficientemente eficientes para dispensar a tal proposta. Assim, cada parlamento nacional dispõe de dois votos, sendo que se pelo menos um terço dos parlamentos nacionais for de opinião que a receita proposta não cumpre o dito princípio, a mesma deve ser reanalisada. Após a nova análise a Comissão pode decidir mantê-la, alterá-la ou retirá-la.

Eixo do tempo da produção, o mais lenta possível, de uma tarte europeia



No entanto, se uma maioria simples dos parlamentos nacionais tiver uma posição negativa em relação à receita, e a Comissão optar por manter a proposta, o Parlamento Europeu e o Conselho são chamados diretamente ao barulho. Se algum destes considerar que a receita não é compatível com o princípio da subsidiariedade, a produção da tarte em questão não continuará a ser analisada.

No caso de a receita cumprir os requisitos para continuar a ser analisada, esta é transmitida ao Parlamento Europeu, que a aprova ou sugere alterações, enviando-a posteriormente num intervalo de 3 meses ao Conselho e, em alguns casos, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social. Se tanto o Conselho como o Parlamento Europeu a aprovarem, esta é aceite e posta em vigor. Mas caso o Conselho não aceite, por exemplo, os valores limite de manteiga a ser usada propostos pelo Parlamento Europeu, então tem de sugerir uma nova alternativa e reenviá-la novamente para o Parlamento. Se gostar da nova receita, o Parlamento permitirá a adoção do ato. No entanto, se achar que a proposta não é doce o suficiente, pode alterá-la e reenviá-la para o Conselho Europeu, que a pode, uma vez mais, aceitar, rejeitar ou alterar.

Para a receita ser aprovada e não ficar presa em ciclos burocráticos, no caso de o Conselho e o Parlamento Europeu não conseguirem chegar a acordo até aqui, é convocado o Comité de Conciliação, o qual é constituído por um número igual de eurodeputados e de representantes do Conselho. Nesta nova abordagem, o Comité tem seis semanas para elaborar uma nova receita, propondo-a posteriormente ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Se uma destas instituições rejeitar a nova proposta, a receita da tarte não é aceite e o processo é encerrado; caso contrário, iniciar-se-á a produção segundo as normas acordadas. É de realçar que, caso seja encerrado, o processo só pode ser renovado por uma nova proposta da Comissão Europeia.

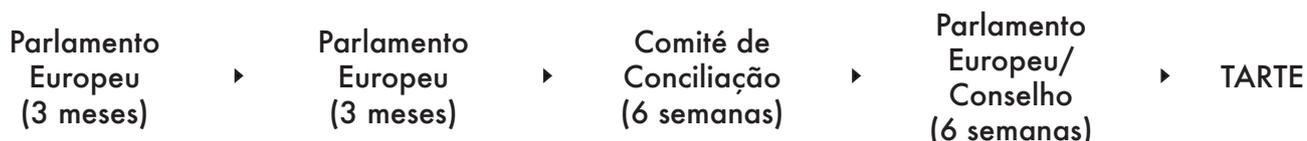
Após a sua aprovação, o texto é publicado no Jornal Oficial, estipulando-se os prazos limite para o tipo de tarte a ser devidamente produzida e distribuída por cada estado-membro. Conforme o gosto de cada um decidem as doses dos ingredientes que vão usar

na sua tarte, dentro dos valores limites estipulados na receita aprovada.

Geralmente a UE utiliza este processo para fazer tartes, sendo denominado por Processo Legislativo Ordinário. Mas há procedimentos especiais, como por exemplo o Procedimento de Consulta, no qual o Conselho é chamado a consultar o Parlamento Europeu sobre as propostas de receita da Comissão não sendo, no entanto, obrigado a aceitar a sua opinião em alguns sabores de tarte mais fiscais, como Isenções do Mercado Interno e Tarifa Externa Comum. Há ainda o Procedimento do Parecer Favorável, no qual o Parlamento Europeu pode aceitar ou rejeitar uma proposta, mas não pode propor alterações.

Independentemente do processo que se escolha para criar uma receita que produza uma boa tarte, cabe à Comissão Europeia e aos estados-membros garantir que estão a ser produzidas segundo um processo correto e com as condições estabelecidas. Há ainda instituições que ajudam a assegurar o bom funcionamento desta parte do processo, como o Tribunal da Justiça, que assegura o cumprimento da legislação europeia, e o Provedor de Justiça, que investiga as queixas relativas a casos de alegada má administração por parte das instituições ou dos organismos da UE.

Ficaste com fome? Espero que sim. Por ser extremamente importante para o bom funcionamento e para o crescimento europeu, o processo de produção de tartes europeias é muito complexo e delicado, estando fortemente dependente da qualidade dos inventores de tartes que escolhemos para o integrar. E como nunca se sabe se o nosso vizinho de baixo vai ou não ser um totó para sempre, espero que pelo menos tu não venhas a escolher especialistas em salame e mousse de manga para liderarem este processo. Eu pelo menos gosto demasiado de tartes para me conformar com a ideia de ter de comê-las amargas nos próximos anos.



CENOURAS ISRAELITAS NOS AÇORES

Paulo Moniz*

Subsidiar é impor o que fazer, é criar regras e restrições ao que o país pode produzir. E quando os mais básicos dos alimentos têm de ser importados, que tipo de soberania alimentar resta a uma nação subsidiodependente?

Alimentar 500 milhões de pessoas não é tarefa fácil e é este desafio, numa Europa unificada aos vários ritmos nacionais, que a Política Agrícola Comum (PAC) tenta resolver. Duma forma muito simplificada, esta é a resposta da União Europeia à necessidade de garantir um nível de vida digno a 22 milhões de agricultores e de trabalhadores agrícolas e um abastecimento estável, variado e seguro de produtos alimentares ao conjunto dos 28 países que a compõem. Esta é uma política, sobretudo financeira, que tenta imprimir competitividade e sustentabilidade à agricultura através de pagamentos directos aos agricultores com vista a estabilizar e garantir o rendimento destes. É, também, uma forma de financiar projectos que dêem resposta às especificidades de cada país ou região, através de Programas de Desenvolvimento Rural específicos.

Como a Europa não é um continuum geográfico de países, dela fazem parte, também, as Regiões Ultraperiféricas (RUP). Neste momento são nove, e são regiões integrantes do território de alguns Estados-Membros: Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Maiote, Reunião e São Martinho, são as integrantes de França; as Canárias, de Espanha; e a Madeira e os Açores, de Portugal. Devido ao afastamento, às suas características geográficas, insularidade, pequena dimensão, topografia difícil e clima, vêem-se confrontadas com dificuldades acrescidas no que à disponibilização de produtos agrícolas (ou mesmo recursos naturais) diz respeito. Portanto, para essas regiões estão disponíveis apoios financeiros específicos europeus (são subvenções), como o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), que pretende a coesão económica e social e colmatação dos desequilíbrios entre regiões, mas também o POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade). No caso de Portugal, e para as regiões insulares, há outros programas de apoio, mas é do europeu que irei falar por estar dentro das linhas mestras e objectivos da PAC.

Para o POSEI (2013-2020), a Europa disponibiliza

653,04 milhões de euros por ano, sendo que para as nossas regiões insulares revertem 106,21 milhões de euros anuais. Esta é uma verba que ajudará nos custos adicionais de abastecimento, no que se refere aos produtos essenciais ao consumo humano, mas também à implementação de medidas a favor da produção agrícola local.

Enquanto açoriano que sou, todas estas siglas e todos estes programas são do meu conhecimento, nem que seja porque estão bem anunciados pelas ruas, em placas de quase todos os edifícios públicos inaugurados, estradas e até em algumas explorações agrícolas. Afinal, a palavra subsídio faz parte do vernáculo insular, entranhando-se mesmo num modo de vida subsidiodependente. Mas isto dá para outro artigo.

Subsidiar é também impor o que fazer, é criar regras e restrições ao que o país pode produzir.

Então, como é que uma política agrícola, discutida e harmonizada entre 28 países, afecta uma região portuguesa tão pequena como os Açores? Cenouras e feijões, é a resposta. Algo que temos como garantido; numa ida ao mercado existirão sempre leguminosas, grãos, vegetais e frutas, pois são estes os mais básicos dos alimentos numa dieta humana equilibrada. Pois garantida está a sua existência, não a sua proveniência, e foi isso que me preocupou quando vi à venda nos Açores cenouras vindas directamente de Israel, feijão branco da Argentina, feijão catarino do Canadá e feijões frade e preto do Perú. Isto fez-me questionar todos os programas de apoio agrícola para esta região insular, mas também para outras regiões do país, através do Plano de Desenvolvimento Rural do Continente.

Fui ver a dotação orçamental prevista para a “agricultura” açoriana, e no concernente ao POSEI 2018, os valores fazem jus ao conhecido dito: Açores são terra de vacas. E são. Dos 70,4 milhões de euros

de subsídio previstos, 82% são de apoio directo à pecuária, em larga maioria do gado vacum, através de prémios por posse de vacas aleitantes, de vacas leiteiras, ao abate de bovinos, ao escoamento de gado vivo para fora da região, mas também prémios aos produtores de leite por forma a garantir um rendimento mínimo e assegurar a continuidade da actividade leiteira na região. São 36% desta parcela apenas para garantir um rendimento mínimo na actividade. Curiosamente, a parcela alocada à ajuda à inovação e qualidade das produções pecuárias é de apenas 1% – prioridades. Quanto à produção vegetal, a parcela do POSEI é de apenas 17%. O restante 1% diz respeito ao apoio à transformação de beterraba em açúcar branco e à armazenagem de queijo.

A questão que sobressalta é: que política europeia é esta que subsidia fortemente uma actividade económica que sem apoio à continuidade cairia em ruptura, mas que faz importar os mais básicos dos alimentos para uma região que, certamente, tem capacidade para ser auto-suficiente na sua produção?

Não são os solos dos Açores capazes de produzir grãos, legumes e afins? E do ponto de vista ambiental e energético, como se justifica que o transporte desses alimentos de vários pontos do mundo seja melhor que a sua produção local? Aliás, um dos pontos do POSEI, recorde-se, era o fomento da produção agrícola local.

E se dos Açores vem a imagem do leite e do queijo – com a restante fraca produção vegetal local – do Alentejo, por exemplo, vêm as oliveiras, o amendoal e a vinha.

Com a construção do empreendimento do Alqueva – que não é apenas uma barragem, mas todo um investimento estruturante no Alentejo com vista ao seu desenvolvimento económico e social, à criação de emprego e de novas actividades –, também com grandes apoios de fundos europeus – as culturas de sequeiro deram lugar às de regadio, e mesmo as de tradicional sequeiro passaram a regadio, como foi o caso do olival. Não está em causa o grande desenvolvimento económico que a região apresentou após este investimento, e que continua a apresentar, mas sim o cuidado que parece não estar a ser dado aos solos, ao consumo de água e à diversidade biológica da região. As monoculturas, assim como as “mono-produções” de gado, não se apresentam como



aliadas dum bom solo. O despacho nº 2515/2017 emitido por várias instâncias do governo português, para além de criar uma rede de cooperação científica e tecnológica para a experimentação agrícola no Alentejo, levanta questões sobre o modelo de regadio da região. Questiona o risco de erosão e degradação dos solos, o perigo da intensificação do cultivo do olival, que, associado ao regadio, intensifica a penetração de pesticidas e fertilizantes nos solos, assim como a acumulação de nitratos nas águas subterrâneas.

Estes são apenas dois pequenos exemplos do que uma política agrícola europeia pode impor, através da sua subsidiação, aos vários países e regiões. Se dum ponto de vista global as coisas podem funcionar bem, com um país a poder escoar a produção dum produto em excesso para outro que não a tem em quantidade suficiente, a nível local esta subsidiação parece vir a troco dum grande impacte e pegada ambiental nessas mesmas regiões.

Subsidiar é também impor o que fazer, é criar regras e restrições ao que o país pode produzir. E quando os mais básicos dos alimentos têm de ser importados, tendo os nossos solos capacidade para os produzir, mas sendo colocados em risco com o excesso de monoculturas e fazendo-os perder capacidade de se regenerarem, que tipo de soberania alimentar resta a uma nação subsidiodependente?

O QUE ESPERAR DA “GERAÇÃO ERASMUS”?

João Gonçalves

A nossa geração é a primeira a viver a sua vida inteira dentro da União Europeia como hoje a conhecemos. Será que isso acabará por nos influenciar e moldar como pessoas? Se sim, é importante saber como.



A nossa geração é a primeira a viver a sua vida inteira dentro da União Europeia como hoje a conhecemos. Será que isso acabará por nos influenciar e moldar como pessoas? Se sim, é importante saber como.

A abertura das fronteiras na União Europeia e a grande cooperação entre os seus estados-membros permitiram a introdução de um grande leque de iniciativas que hoje beneficiam largamente os jovens europeus. Ao nível escolar, programas como o Parlamento Europeu dos Jovens e o Concurso Euroscola incutem desde cedo nos estudantes o valor da discussão aberta de ideias numa comunidade democrática. Já ao nível do ensino universitário, é impossível não conhecer o programa Erasmus, que apoia a mobilidade de estudantes e professores pela Europa e pelo mundo, dando assim a milhões de europeus a oportunidade de viver e estudar ou de trabalhar num país estrangeiro, de conviver com cidadãos de outros povos e de aprender mais sobre as culturas com as quais partilham este continente e mundo.

Os benefícios em termos pessoais para os jovens que usufruem destas iniciativas são evidentes: permitem-lhes desenvolver uma boa network internacional de possíveis contactos profissionais, são uma forma de visitar um lugar novo e de desenvolver

conhecimentos linguísticos e capacidades de comunicação; no mercado de trabalho, tudo isto pode vir a ser-lhes vantajoso. Além disso, a comunidade europeia em geral poderá também vir a colher os frutos destes programas dentro de alguns anos, quando forem os alunos que cresceram com o Erasmus a dar cartas na política dos seus países e da Europa. O cientista político alemão Stefan Wolff, por exemplo, prevê que a por ele apelidada de *geração Erasmus* traga com ela um renovado sentimento de identidade *pan-europeia*: a ideia de uma Europa unida sob uma ligação supranacional política, cultural e social. A abertura da mente dos alunos que participam no Erasmus e a compreensão que adquirem sobre outras culturas e países serão, na opinião deste cientista político, a chave para alcançar este ideal que ele espera que se espalhe não só pela Europa como pelo mundo, embora saliente que a união entre os povos é um projeto em constante construção e melhoramento que nunca chegará verdadeiramente ao fim.

No entanto, e apesar de a nossa geração ser, no geral, fortemente favorável à União Europeia (estudos do site Pew Research Center mostram que a percentagem da população que favorece a UE tende a decrescer drasticamente com a idade), a verdade é que o atual estado político da Europa não o evidencia: a ascensão do populismo e dos partidos de extrema-

direita anti-Europa faz-se hoje sentir mais do que nunca, materializando-se sobretudo no destaque internacional que têm recebido vozes hoje sinónimas do euroceticismo, como sejam Nigel Farage, Marine Le Pen e Matteo Salvini.

É neste aparente paradoxo que a geração *Erasmus* pode vir a ser capaz de mostrar o seu valor

Poderemos vir a sentir os benefícios da governação por parte de uma geração que não cresceu em países isolados, mas sim num mundo em que a partilha cultural e ideológica são a norma.

enquanto geração culta e mais esclarecida sobre os problemas da Europa. Compreender os diferentes pontos de vista com que é possível abordar uma situação é a maneira mais eficiente para garantir que estamos prontos para discuti-la com rigor. Através do intercâmbio cultural permitido pelo *Erasmus*, pelo diálogo na Internet e pela cada vez mais disponível oportunidade de visitar outros países a preços extremamente acessíveis, os europeus do futuro estão a crescer precisamente com esse tipo de mentalidade.

Os benefícios de uma mente aberta à colaboração são inestimáveis: permitem a promoção do desporto através de eventos como os Jogos Europeus ou os Jogos Europeus Universitários; abrem a porta à celebração da união entre os povos através das artes e da expressão de identidade, como acontece com o Festival da Eurovisão, e aceleram o progresso da ciência graças a projetos como o CERN, que seriam impossíveis de levar a cabo em qualquer país europeu individualmente. Um ótimo exemplo deste último ponto é o Reino Unido, onde o financiamento para investigação é o quarto mais alto da União Europeia: a saída deste país da União vai afetar negativamente a investigação científica tanto no seu seio (pois perderá o financiamento europeu), como nos restantes países da Europa, que perderão a facilidade de contacto direto e de intercâmbio de investigadores com um dos países

historicamente mais influentes na área das ciências e das tecnologias.

Mais do que tudo, a geração *Erasmus* está a viver num clima de crescente progresso social no qual o acesso à informação e a consciencialização dos problemas que afetam o mundo são cada vez mais fáceis. Isto poderá vir a ser determinante na forma como esta geração enfrentará os problemas sociais do futuro, bem como o mal inevitável das alterações climáticas, que requererá a força de uma Europa unida e decidida para o resolver e que é uma preocupação levada mais a sério pelas novas gerações: um estudo no Reino Unido, por exemplo, mostra que 95% dos jovens até aos 19 anos não considera que esteja a ser feito o suficiente para combater este problema.

É claro que nada nos garante que a próxima geração venha a ser mais apta à governação do que as anteriores. A paz e relativa tranquilidade política e económica que se têm vivido na Europa nas últimas décadas podem ter gerado alguma complacência por parte dos jovens, bem como uma falta de reconhecimento e de gratidão pelas oportunidades ao seu dispor. Há também a possibilidade de que o espírito de mente aberta que caracteriza esta geração seja simplesmente uma manifestação do idealismo típico da juventude e que se venha a desvanecer antes de se materializar em algo significativo. Além disso, o futuro pan-europeu pode até não ser desejado pela maioria ou ser o mais benéfico para todos os europeus: é legítimo que um país reclame o seu direito de governação e autodeterminação, não querendo abdicar da sua soberania em prol de uma Europa com maior poder central. O incentivo económico pode não valer a pena e a aceitação de determinadas medidas pode não fazer sentido no contexto específico de cada país. Afinal de contas, a Noruega e a Islândia, por exemplo, são países extremamente desenvolvidos sem pertencerem à União Europeia.

No entanto, talvez seja exatamente esta mentalidade que possa estar por detrás da ascensão da extrema-direita nalguns países europeus: a ideia de que um país que dependa apenas de si esteja mais apto a tomar decisões em tempos de crise que salvaguardem os seus interesses. Podemos estar a caminhar para um futuro onde vários países escolham não pertencer à União Europeia, ou onde esta sofra reformas que a tornem bastante diferente da forma como hoje a imaginamos. Apesar de tudo, e mesmo nesse caso, poderemos vir a sentir os benefícios da

governança por parte de uma geração que não cresceu em países isolados, mas sim num mundo em que a partilha cultural e ideológica são a norma.

Seja como for, e quer estejamos a caminhar para um futuro pan-europeu tal como o que Stefan Wolff idealiza ou para uma eventual rutura completa da União Europeia, é certo que há um futuro a construir no qual haverá decisões importantes a tomar. Sendo assim, a pergunta que se impõe é: o que esperar da “geração Erasmus”?

Não podemos prever que problemas em concreto surgirão no futuro, mas podemos analisar como a nossa geração está a lidar com os problemas que afetam a Europa e o mundo no presente: ao nível do progresso social vemos uma aceitação cada vez maior por parte dos jovens da comunidade LGBTQ+, com um aumento do número de marchas e paradas pelos direitos dos membros desta comunidade, maioritariamente levadas a cabo por jovens. Em Portugal, por exemplo, a primeira parada do orgulho LGBTQ+ foi em 2000 e desde então o número de participantes tem vindo a aumentar drasticamente. Ainda em termos de ativismo humano, é impossível ignorar movimentos que lutam pela igualdade e contra a discriminação, como o #MeToo ou o seu equivalente sul-americano #NiUnaMenos, que lutam pela igualdade e contra a discriminação por sexo ou por género, bem como uma série de outras iniciativas que, embora não sendo necessariamente levadas a cabo apenas por jovens, beneficiam de exposição nas redes sociais (onde esta faixa etária é dominante). Quanto às alterações climáticas, um problema que afetará precisamente as próximas gerações muito mais do que as anteriores, a *geração Erasmus* também não cruza os braços: o vegetarianismo e veganismo, estilos de vida que requerem um consumo incomparavelmente mais baixo de recursos ao planeta para a produção de alimentos, estão a ganhar popularidade por motivos éticos e ambientais, sendo a grande maioria das pessoas que escolhem essas opções de vida jovens. No Reino Unido, por exemplo, cerca de 42% das pessoas vegan estão entre os 15 e os 34 anos de idade. Isto para não falar na quantidade notável de jovens ativistas a protestar pela inatividade dos governos em relação às alterações climáticas, de onde podemos destacar, entre inúmeros exemplos, a sueca Greta Thunberg, de 16 anos, que tomou notoriedade no

Exemplos de jovens a fazer coisas semelhantes por todo o tipo de causas não faltam e as redes sociais só vêm facilitar a organização e divulgação do ativismo de uma geração lutadora e empenhada em mudar o mundo para o melhor.

final do ano passado por faltar às aulas para protestar precisamente por isso em frente ao Parlamento Sueco. Exemplos de jovens a fazer coisas semelhantes por todo o tipo de causas não faltam e as redes sociais só vêm facilitar a organização e divulgação do ativismo de uma geração lutadora e empenhada em mudar o mundo para o melhor.

Neste tempo conturbado da democracia europeia e mundial, onde numa tempestade de posições antitéticas, de discussões acesas e pessoais, de criação de facções e de ereção de muros, ideológicos e não só, a Europa e o mundo se apresentam tão vulneráveis aos problemas que ameaçam destruí-los, há que lutar por não deitar a perder tudo aquilo pelo qual tantos antes de nós lutaram por construir.

HISTÓRIA DE BOLSO DA UE

Miguel Ferreira*

Portugal juntou-se à Comunidade Económica Europeia (CEE) no dia 1 de Janeiro de 1986. Nessa data, também Espanha aderiu a esse grupo que passou a ser constituído por 10 países. A CEE começou com um nome ligeiramente diferente – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – quando 6 países decidiram, em 1951, organizar de forma comum o acesso a estas duas mercadorias essenciais. Desde essa altura, o grupo foi crescendo e, conseqüentemente, as suas regras de funcionamento foram mudando. Ao contrário do que acontece hoje, em 1986 todos os países da CEE tinham uma moeda própria e a livre circulação de pessoas só existia entre os países do Benelux¹, a França e a Alemanha (uma circunstância que resultou da assinatura do Tratado de Schengen, entre estes países, em 1985). Nessa altura, um cidadão português que quisesse viajar em direcção ao norte da Europa teria que perder algum tempo em vários postos fronteiriços.

Pouco mais de três anos após a entrada de Portugal na CEE, em Novembro de 1989, cai o muro de Berlim. Este é um acontecimento marcante para a época: por um lado, simbolizou o início de um processo que culminaria no desmembramento da União Soviética; por outro, veio acelerar a integração europeia, ou seja, veio agilizar as negociações que conduziram os países da CEE a uma maior aproximação em termos políticos. Esta aceleração do processo de integração e as ambições europeístas que a motivavam estão patentes na grande quantidade de movimentações diplomáticas que marcaram os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000.

É neste espírito de integração que se assina o Tratado de Maastricht, a 7 de Fevereiro de 1992, pelos 12 membros da CEE. Com este tratado, a CEE

passa a chamar-se *União Europeia* (UE) e cria-se assim a *Cidadania Europeia*, concedendo aos cidadãos dos estados-membros da UE o direito a viver, trabalhar e circular livremente por todos os países-membros. Neste tratado, também ficaram estabelecidos a Política Exterior e de Segurança Comum (PESC) e o projecto de criar uma moeda única, o Euro. Entretanto, a 1 de Janeiro de 1995, Áustria, Finlândia e Suécia juntam-se à União Europeia e o grupo passa a ser constituído por 15 países.

A ideia de estreitar as relações entre os membros da CEE continuou com a assinatura, a 2 de Outubro de 1997, do Tratado de Amesterdão. Embora as conversações em torno deste tratado não tenham sido tão bem-sucedidas quanto o esperado, os estados-membros aceitaram transferir alguns poderes dos governos nacionais para o Parlamento Europeu em várias áreas, particularmente no domínio da imigração. Por outro lado, este tratado também aprofundou, entre outras coisas, o compromisso dos membros da UE para com os direitos humanos.

Uma questão que não ficou completamente esclarecida durante a sua elaboração foi a reforma institucional necessária caso houvesse novas adesões à UE. Assim, os líderes europeus voltaram à mesa de negociações e, a 26 de Fevereiro de 2001, assinase o Tratado de Nice. Este documento estabelecia as

[O Tratado de Amesterdão] também aprofundou, entre outras coisas, o compromisso dos membros da UE para com os direitos humanos.



Tratado de Maastricht

condições necessárias para facilitar o processo de tomada de decisão no seio das instituições europeias, uma característica que era considerada fundamental para que a UE estivesse preparada para acolher novos membros. Mais uma vez, e à semelhança do Tratado de Amesterdão, fica no ar, após a assinatura do Tratado de Nice, uma sensação de insatisfação. Muitos líderes da altura consideraram que mais mudanças eram necessárias à estrutura da União para que o seu papel pudesse ser mais eficiente e democrático. Por exemplo, uma das grandes celeumas tinha que ver com o peso dos votos de cada país na deliberação das decisões tomadas no Concelho da União Europeia – enquanto que a Alemanha queria ter mais peso que a França, por ter uma maior população após a reunificação, a França dizia que não, querendo manter simbolicamente o mesmo peso que a Alemanha. Entre outros, este assunto ficou num impasse.

Pouco tempo depois, a 1 de Janeiro de 2002, e tratando-se do culminar de um projecto iniciado aquando da assinatura do Tratado de Maastricht, o Euro entra em circulação em 12 dos 15 países membros da UE. Menos de dois anos depois, a 1 de Maio de 2004, dez novos membros juntam-se à UE: para além das ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta, também a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, a República Checa, a Eslováquia e a Eslovénia se juntam. É o maior alargamento da UE e constitui um teste aos melhoramentos institucionais trazidos pelo Tratado de Nice. Mesmo assim, ainda paira sobre as instituições o descontentamento relativamente aos diferendos sobre o seu funcionamento que ficaram pendentes. Com este alargamento, torna-se claro que esses assuntos não podem ser evitados e começa-se assim um novo processo de negociações para reformar o funcionamento da União. Desta vez, e depois da experiência das negociações difíceis dos dois últimos tratados, o Conselho Europeu convoca uma assembleia especial constituída por parlamentares europeus e nacionais, assim como por representantes da Comissão Europeia. Esta convenção redige um projecto de Constituição Europeia – que tinha por objectivo substituir todos os tratados anteriores – cujo texto final é assinado pelos chefes de estado e de governo no dia 29 de Outubro de 2004. Para que este texto entre em vigor, é necessário que seja ratificado por todos os estados-membros. Dezoito estados membros ratificam-no, incluindo a Espanha e o Luxemburgo, que o fazem por referendo. Contudo,

Mais uma vez, e à semelhança do Tratado de Amesterdão, fica no ar, após a assinatura do Tratado de Nice, uma sensação de insatisfação

tanto os cidadãos franceses como os holandeses, que também ajuizaram o texto por referendo, votam contra a 29 de Maio de 2005 e a 1 de Junho de 2005, respectivamente. Estes dois votos desfavoráveis colocaram um ponto final no processo de ratificação (ainda faltavam 7 países) e conduziram ao abandono deste texto. As dificuldades institucionais que se arrastavam desde o Tratado de Nice mantinham-se. No meio deste rebuliço institucional, a Roménia e a Bulgária juntam-se à UE em 2007 e, no mesmo ano, a Eslovénia adopta o Euro como moeda oficial.

A União continuava a crescer, e as preocupações relacionadas com a reforma institucional considerada necessária não se podiam ignorar. Assim, no movimento de fuga para a frente após o processo de ratificação falhado da Constituição Europeia, os chefes dos estados-membros da UE aprovam, durante a reunião informal do Concelho Europeu de 18 e 19 de Outubro de 2007, uma versão simplificada do texto rejeitado da Constituição Europeia. É este novo texto que vai ser assinado no Mosteiro dos Jerónimos a 13 de Dezembro de 2007 pelos 27 países e que terá o nome de Tratado de Lisboa. Uma das previsões deste tratado é a extensão dos poderes do Parlamento Europeu, assim como a alteração no modo de voto em alguns domínios; enquanto que antes se passavam propostas apenas por unanimidade, passa a ser possível passarem-se propostas por maioria qualificada. De notar também que o Tratado de Lisboa cria, pela primeira vez, os meios legais e protocolares para que um estado-membro abandone a UE. Mas, como se viu com o texto da Constituição Europeia, ter um documento assinado pelos líderes dos estados-membros não significa nada se este não for ratificado individualmente em cada país. Esta última fase de ratificação tinha sido o momento onde a Constituição Europeia tinha sido rejeitada e o método de ratificação por referendo tinha sido particularmente problemático. Assim, assombrados pela rejeição em referendo dos franceses e dos holandeses em 2005, a maioria dos



Tratado de Lisboa

O Tratado de Lisboa foi a última grande reforma ao funcionamento das instituições europeias, mas devido às consequências da crise financeira de 2008, foram criados novos instrumentos de acção para responder aos desafios que se foram materializando

estados decidiu ratificar o texto do Tratado de Lisboa nos parlamentos, ou seja, seriam os deputados de cada parlamento nacional a votar a ratificação. Todos, excepto um, a Irlanda. A constituição irlandesa obriga à organização de uma consulta popular para a ratificação de documentos desta natureza. Após a ratificação por 18 dos 27 membros, a Irlanda rejeita o tratado por referendo a 12 de Junho de 2008. Começam os receios de que o processo de ratificação do Tratado de Lisboa siga pelo mesmo caminho de insucesso da Constituição Europeia em 2005. No sentido de evitar um impasse semelhante, uma maioria de estados afirma, durante o Conselho Europeu de 18 e 19 de Junho de 2008, a sua vontade de continuar com o processo de ratificação, apesar da rejeição irlandesa. O Reino Unido dá o exemplo, ratificando o Tratado de Lisboa a 19 de Junho de 2008. Seguiram-se-lhe outros países e, entretanto, a 2 de Outubro de 2009, com um novo referendo organizado na Irlanda, o texto é finalmente ratificado neste país. Após a ratificação por parte da República Checa, o último país a fazê-lo, a 13 de novembro de 2009, o Tratado de Lisboa entra em vigor a 1 de Dezembro de 2009.

Ainda nesse ano, a Eslováquia entra para a Zona Euro.

O Tratado de Lisboa foi a última grande reforma ao funcionamento das instituições europeias, mas devido às consequências da crise financeira de 2008, foram criados novos instrumentos de acção para responder aos desafios que se foram materializando, como por exemplo a crise das dívidas públicas na Zona Euro. Entretanto, a Croácia juntou-se à UE e a Estónia, Letónia e Lituânia juntaram-se à Zona Euro. Trata-se agora de um grupo de 28 países, 19 dos quais partilham a mesma moeda, que estão a braços com a possibilidade de ver sair um dos seus membros: através de um referendo realizado a 28 de junho de 2016, o Reino Unido decidiu que quer abandonar a UE. Para os outros membros que ficam, as próximas eleições para o Parlamento Europeu, que se vão realizar no dia 26 de maio de 2019, constituirão um teste de legitimidade para este projecto. As últimas eleições para o dito parlamento aconteceram em 2014, com uma taxa de participação de 42,54%, a mais baixa registada até então.

¹ Organização económica inicialmente constituída por a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo.

Se acreditas na capacidade de mudança e na generosidade desta geração, se te reges pelo pensamento crítico independente como constructo da sociedade, então tens todo o perfil para colaborar connosco.

Escreve-nos para diferencial.ist@gmail.com

 /Diferencialist

 /Diferencial

		5						8
	2		8	1		5	3	
8			5	2				
				9	8	7	1	
6								9
	9	4	2	6				
				8	4			2
	6	8		3	2		9	
3						4		

		4		7		1		
8		1		5			2	
		2		4	6			3
1	6			8	7			
			5	9			6	8
4			7	2		8		
	8			3		6		1
		3		1		9		